

LITERATURA E HISTÓRIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Josiele Kaminski Corso Ozelame
Raíza Brustolin de Oliveira

Resumo: Essa pesquisa tem como objetivo discutir semelhanças e diferenças entre a narrativa histórica e a narrativa literária, tendo em vista que, ambas as narrativas constroem conhecimento por meio da escrita e para isso se baseiam na realidade. Essa construção (ou reconstrução) pode ser realizada com mais ou menos elementos fictícios; com uma maior ou menor aproximação com o leitor; com mais ou menos autonomia do autor. Tais aspectos caracterizam ambos os tipos de narrativa, ora aproximando-as, ora as distanciando. Estes e outros fatores serão discutidos, em vista de propor que ambas são formas de olhar para o passado.

Palavras-chave: Literatura, história, relações.

Literatura e historia: similitudes y diferencias

Resumen: Esta investigación objetiva discutir similitudes y diferencias entre la narrativa histórica y la narrativa literaria, teniendo en cuenta que ambas construyen conocimiento por medio de la escritura y para ello se basan en la realidad. Esta construcción (o reconstrucción) puede realizarse con más o menos elementos ficticios; con una mayor o menor aproximación con el lector; con más o menos autonomía del autor. Tales aspectos caracterizan ambos tipos de narrativa, ora aproximándolas, ora distanciando. Estos y otros factores serán discutidos, en vista de proponer que ambas son formas de mirar hacia el pasado.

Palabras clave: Literatura, historia, relaciones.

Literature and history: similarities and differences

Abstract: The point of this research is to discuss the similarities and differences between the historical and literary narratives, considering that both build knowledge by writing, which means that that is based on reality. This construction (or reconstruction) can be done with many fictitious elements; amplifying the distance with the reader, or introducing it; with more or less authority of the author. Such aspects characterize both narratives, rather approaching or distancing them. These and many other elements will be discussed, in order to propose that they are both paths to look to the past.

Keywords: Literature, history, relations.

O ser humano, na sua qualidade de significador, atribui sentido aos elementos da vida cotidiana. Esses “novos” significados, ou mesmo a reprodução destes de forma massiva, criam um mundo de representações que resultam na maneira com que os indivíduos se relacionam e se comportam diante das diversas situações encontradas no decorrer de sua vida. Assim, estabelecem aproximações, distanciamentos e fronteiras; estas podem ser físicas (materiais) ou simbólicas (sentido/significado). Desta forma, Pesavento (2001) assinala que:

todos sabemos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas. São produto desta capacidade imaginária de refigurar a realidade a partir de um mundo paralelo de sinais, através do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Faz parte deste jogo de representações estabelece classificações, hierarquias e limites, que guiam o olhar e a apreciação, pautando condutas (PESAVENTO, 2001, p. 7).

A mesma autora assegura que a fronteira não é apenas um espaço que estabelece divisões, rompimentos e separações, mas que propicia, sobretudo, relações; ou seja, ela proporciona diálogo

entre os elementos que, aparentemente, se configuram separados. Para ela, “a fronteira possibilita o surgimento de algo novo, híbrido, diferente, mestiço, de um terceiro que se insinua nesta situação de passagem” (PESAVENTO, 2001, p. 8). A partir desta ideia, é possível tentar compreender que tipo de relações as esferas do conhecimento da História e da Literatura concebem, a partir das fronteiras por elas construídas e as quais estão sujeitas. Isto é, se entre estas áreas do conhecimento há aspectos em que as tornam parecidas, ou que as tornam diferentes.

Além da fronteira simbólica a ser analisada entre ambas as disciplinas, a pesquisa mantém também esta perspectiva no que tange ao modo de fazer a análise. Ou seja, a ideia de questionar fronteiras também se faz presente na metodologia desta investigação, à medida que o estudo é contemplado na perspectiva interdisciplinar em que se ultrapassa fronteiras disciplinares. De acordo com esse modo de conceber a pesquisa, o objeto é explorado de várias formas em seus diversos âmbitos, e a interação entre as áreas do conhecimento envolvidas acontece para que haja uma interação entre seus métodos, termos e teorias.

Contudo, essa interação não resulta em outro conjunto de conhecimento independente como uma nova disciplina, ou área do conhecimento, mas num conhecimento que será resultado do estudo do objeto (POMBO, 2008). Interessante observar, que o conceito de fronteira aplicado à interdisciplinaridade não gera um campo novo como propõe Pesavento (2001), mas amplia as possibilidades de estudo do objeto à medida que permite o contato de diversas disciplinas por meio da análise. Desta forma, a Interdisciplinaridade é, segundo Casanova (2006), uma relação entre várias disciplinas em que se divide o saber humano.

Na proposição do autor supracitado é possível perceber que a Interdisciplinaridade pode ser uma solução para estudar os diversos aspectos do Universo que cerca o indivíduo. Esta proposta se difere da tendência que se expandia no século XVIII e XIX, que propunha como método de estudo a divisão dos conhecimentos em disciplinas e subdisciplinas. O proposto no presente estudo parte da ideia base de que para compreender o funcionamento de determinado elemento da sociedade, faz-se necessária a contribuição intelectual das mais diversas áreas, e não somente de uma ou de parte dela.

Neste sentido, a presente pesquisa tenta contemplar a interdisciplinaridade como metodologia de análise do seu objeto, uma vez que, o objeto analisado – a relação entre Literatura e História – envolve conhecimentos de ambas as áreas.

A narrativa pode questionar ou construir um passado

A Literatura, inicialmente, cultivada com o objetivo de conservar a história de antepassados, grandes guerras e batalhas, tinha como função representar o passado e conservar a memória, construindo a identidade de um povo (GUIDO, 2004). Isso poderia ser feito tanto através da Literatura oral – histórias contadas de geração em geração – ou mesmo por meio de grandes poemas épicos, retratando feitos heroicos, como ocorre nos casos de *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero.

A História, de acordo com Freitas (1986), busca também retratar uma época, retomar um momento vivido pela sociedade, e manter certos acontecimentos “marcados” na memória da humanidade; fazendo isso por meio de obras que os relatam, assim permitindo que várias pessoas

tenham acesso a determinado momento da história. O autor, ainda, assinala que “Com muita frequência, os escritores buscam no acontecimento histórico um meio de representar a uma realidade, de retratar uma época e uma sociedade, de “fixar” momentos de importância universal, de descobrir os mistérios por trás de uma trama de acontecimentos” (FREITAS, 1986, p. 3).

Além disso, resgatar ou manter viva a identidade ou memória de um povo é também uma prática da História. Narrativas com este intuito são normalmente construídas a fim de valorizar um povo ou certa classe social. Esse tipo de construção histórica (que tem o intuito de valorizar um povo) predominou durante os séculos XVII e principalmente XIX, quando a História passa a ser produzida massivamente pela Academia. Porém, a partir da metade do século XX, com o desenvolvimento e a sistematização do estudo de forma mais democrática, houve um movimento das classes menos favorecidas, e a História passa a colocá-las em perspectiva. Como, por exemplo, as teorias de exploração de Karl Marx, e a produções literárias e históricas de populações de países que adquirem a independência e se consolidam por meio da contestação e produção de um saber historiográfico contestador e até reconstrutor.

Segundo Chartier (2001), essas narrativas normalmente são produzidas por pessoas que, baseadas em preceitos pessoais, acreditam que isto é pertinente; e o fato de serem motivadas por uma razão “pessoal” ou “ideológica”, acaba, de acordo com o autor, por desqualificar a História como ciência. Percebe-se, então, uma perspectiva mais “conservadora” do teórico perante o status científico da História, que não pode ser abalado por questões subjetivas. Porém, a cientificidade defendida pelo autor é o que lhe confere seu caráter crítico.

Na concepção de Chartier a História é científica à medida que é capaz de “estabelecer um conjunto de regras que permitam controlar operações proporcionadas para a produção de objetos determinados” (CHARTIER, 2001, p. 170). Assim, para ele, não é função da História sustentar reivindicações, práticas que se aproximam demasiadamente das subjetividades, e desejos humanos, pois isso prejudica a legitimidade científica, tornando a História mero veículo de significações, sem uma representação mais crítica dos fatos. De acordo com suas palavras:

estamos frente a uma das grandes tensões do mundo contemporâneo: a afirmação, absolutamente legítima, por parte de indivíduos ou comunidades, de sua identidade, e, por outro lado, a necessidade de se manter uma distância em relação à história memória produzida por estas identidades. De maneira que devemos manter este estatuto “científico”, pois só mediante esta perspectiva a história pode ser considerada como uma disciplina crítica, capaz de revelar os mitos ou, no pior dos casos, as falsificações (CHARTIER, 2001, p. 170).

A partir desta sustentação, nota-se uma apreensão em relação ao fato de que se as narrativas historiográficas tiverem um caráter subjetivo (desejo de reivindicações) poderão perder seu cunho científico. Porém, nesta cientificidade há também uma tendência de mostrar que a História é crítica e não só descreve sobre fatos ocorridos, nem só defende cegamente determinado ponto de vista, mas desmistifica e provoca reflexões sobre os assuntos tratados.

Nesta perspectiva, Guido (2004) propõe que a Literatura é atuante, pois não só representa o passado, mas dialoga com ele através de ironias, críticas, comparações e intertextualidades presentes em meio à trama. Logo, provoca reflexões, e estimula os leitores a significarem os fatos

apresentados pela obra a partir de suas subjetividades, assim, significam o que lhes é proposto pela narrativa a partir de seu conhecimento de mundo.

Nesse sentido, retomar o passado provocando reflexões aproxima a Literatura da História por resgatar um passado; e ao mesmo tempo, as diferencia, pois, a Literatura, devido a uma espécie de contrato entre autor e leitor, em que o segundo já espera uma subjetividade e ficcionalidade, possui uma maior liberdade em estabelecer diálogos amplos com este passado, não obtendo restrições ao apresentar o fato.

Assim, de acordo com Freitas (1986) o objetivo da Literatura é problematizar a realidade objetiva, não buscando colocar a presença das coisas, mas interrogar essa presença, colocando-a em questão (FREITAS, 1986). Claro que este modo de fazer Literatura nem sempre predominou; como já abordado, houve um período em que a necessidade era criar uma identidade e, assim, tanto a Literatura quanto a História foram utilizadas na tentativa de consolidação de um determinado povo ou nação.

Desta forma, embora tenha sido mencionado que pelo contrato entre leitor e obra a Literatura possua uma maior liberdade para crítica e subjetivação, a História, assim como a Literatura, passa por um processo de mudança na forma como a narrativa historiográfica se constitui. No momento, ela tende a ser mais aberta, mais reflexiva, como problematiza o próprio Chartier (2001) a respeito da forma como olha para o discurso historiográfico atualmente, revelando uma transformação no modo de abordar os contextos, numa tentativa de ir além da representação.

Nas palavras do autor: “Creio que se pode fazer algo com essa ideia de um texto não fechado, da instabilidade de sentido, da pluralidade interna da linguagem. Indica algo importante: Há textos abertos a reapropriações múltiplas e outros que não estão” (CHARTIER, 2001, p. 105). Esse apontamento apresenta a seguinte ressalva: não são todos os textos que podem ser amplamente resignificados pelo leitor, porém, a possibilidade de narrativas historiográficas apresentarem uma maior abertura, que permite mais reflexões, aproxima ainda mais a História da Literatura.

O passado revisitado por meio da memória

Propondo uma proximidade de forma mais específica, Guido (2004) coloca que além de se constituírem pela arte da palavra, tanto a História como a Literatura se baseiam na memória - individual ou coletiva de um povo. Nesse sentido, ambas se apropriam dessa memória coletiva (a partir de testemunhas ou documentos), interpretam e, então, ressignificam em suas narrativas, sendo elas literárias ou historiográficas. Le Goff (1996) arrisca dizer que a História é a versão científica da memória coletiva.

Pesavento (2001) também ressalta a importância da memória ao visitar o passado, pois os primeiros relatos do passado foram feitos por testemunhas. A testemunha atribuía veracidade ao conhecimento divulgado, pois se pressupunha que por ser retratado por alguém que esteve presente e viu o fato, ela iria descrevê-lo com imparcialidade. Contudo, esse método de conhecer o passado é desconsiderado quando no século XIX a História torna-se ciência e seu estudo é realizado por meio de vestígios escritos – Documentos. A historiadora ressalta que, “quando, no século XIX, a história

torna-se ciência, ciência do passado, só lhe resta declarar que se faz com ‘documentos’; (...) A história é a ciência dos vestígios escritos” (PESAVENTO, 2001, p. 34).

Le Goff (1996) critica esse posicionamento caracterizando-o como ilusório, pois para ele é falha a ideia de que o documento é inócuo, objetivo e prova de boa-fé. Esse apontamento é realizado, pois mesmo durante o período em que a precisão do conhecimento exigia que seu modo de pesquisa fosse modificado, esse trazia a memória de um momento construída por aquela sociedade. Sobre esta perspectiva do documento como constructo social, Le Goff (1996) propõe que, para que este objeto realmente possa ser utilizado como fonte, é necessário analisá-lo em todas as suas subjetividades – quem escreveu, para quem escreveu, quando escreveu – assim considerando-o, não apenas como documento, mas como monumento.

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

Nesse sentido o autor, aponta que o documento não é um indício neutro do passado, mas tendencioso, produto das intenções e subjetividades predominantes na época em que se inscreve. Indo além, Le Goff aponta que um documento é a construção intencional da imagem que se pretende construir de uma época e afirma que é uma mentira:

o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (LE GOFF, 1996, p. 547-548).

Esse tipo de indício que pode expor conhecimentos não verdadeiros não se manteve como única fonte para os historiadores, atualmente a testemunha é, também, considerada fonte, e seu relato serve de complemento aos documentos para enriquecer a pesquisa. Tanto as fontes documentais quanto as fontes humanas – testemunhas – são utilizadas como indício pelo historiador, principalmente, pelo fato de que são representações do ocorrido. Essas representações são interpretadas e selecionadas a fim de resultar numa narrativa em que haja coerência entre os fatos.

Essa capacidade de articular os fatos, de forma a construir uma história coerente, é segundo White (1994), onde se manifesta a sensibilidade histórica do historiador e essa articulação se dá através do que o autor denomina “imaginação construtiva”, compreendendo que ela não é prejudicial à narrativa e se faz necessária.

Essa “imaginação construtiva” se faz presente em vários casos, entre eles: quando há mais fatos registrados do que o historiador talvez possa incluir em sua representação narrativa, então ele interpreta os dados, excluindo de seu relato fatos que não possuem relevância para o propósito da

pesquisa; o outro caso é quando ao reconstruir um fato ou momento histórico há carência de fatos (registrados) que tornem o contexto coerente. Então, o historiador “interpretará” os dados que possui preenchendo as lacunas, a partir de inferências ou especulações, ou seja, por meio do processo criativo, assim recuperando ou atribuindo novos significados. Nessas inferências são considerados o conhecimento e a cultura da sociedade, que será o maior público da narrativa, a fim de que faça mais sentido ao leitor (WHITE, 1994).

Pesavento (1998) também tece reflexões sobre esse processo epistemológico do historiador para com seus indícios, e concorda com White (1994), afirmando que “no resgate dos dados da passividade e na articulação de uma versão daquilo que poderia ter sido, há um processo seletivo de discursos e imagens” (PESAVENTO, 1998, p. 13). O mesmo tipo de colocação é realizada por Certeau (1982), que ao explanar sobre a escrita da História, propõe que há uma seleção e interpretação realizada a partir das relações estabelecidas entre os fatos e a organização do discurso, e essas interpretações atribuem determinado significado e sentido ao momento histórico narrado: “Através das relações estabelecidas entre fatos, ou da elevação de alguns dentre eles ao valor de sintomas para uma época inteira, ou da ‘lição’ (moral ou política) que organiza o discurso inteiro, existe em cada história um processo de significação que visa sempre “preencher” o sentido da História.” (CERTEAU, 1982, p. 51).

Além deste aspecto, há uma questão complementar apresentada por Pesavento (1998) a que se deve atentar, que é o fato de que os documentos e testemunhos utilizados pelos historiadores já possuem em si sua carga de subjetividade e interpretação. Assim, interpretar o que já foi interpretado poderia contribuir para um distanciamento ainda maior do fato em si.

Um segundo pressuposto para este tipo de abordagem passa pelo entendimento de que os dados da passividade – os fatos históricos resgatáveis por documentos e imagens – já chegam a nossa contemporaneidade como representação de algo que já foi. A representação seria, pois, “uma mise em forme, uma presentificação criada pelo historiador, que teria por ofício representar o já representado ou imaginar o imaginado” (PESAVENTO, 1998, p. 10).

Desta forma, entende-se que a história parte de documentos que expressam “fatos verdadeiros” e por meio da interpretação destes fatos constrói a sua narrativa. Assim, interpreta a versão do real transmitida pelos documentos, atribuindo a ele um sentido específico a partir da seleção dos fatos e características, que serão narradas, e da escolha da construção do texto, que definirá como determinados fatos serão apresentados ao leitor. Nesse sentido é possível observar que “fatos não existem por si, mas nascem do sentido que lhes é atribuído, do recorte que o historiador faz no real ao expressá-lo por palavras; não mera cópia, como quer fazer crer, ainda, a maior parte dos historiadores” (LEITE, 1985, p. 83).

Apesar de Leite (1985) propor que a maioria dos historiadores quer fazer crer que sua narrativa é um retrato do passado, White (1994) aponta que “os teóricos da historiografia geralmente concordam que todas as narrativas históricas contêm um elemento de interpretação irreduzível e inexpungível” (WHITE, 1994, p. 65). Os pontos de vista distintos destes autores, possivelmente, devem-se ao fato de White ser um historiador e Leite ter especialidade em Letras, pois cada qual “fala” de um lugar específico, um dentro da História e outra dentro das Letras. Isso não significa que

um está certo e o outro não, mas é importante ressaltar que são olhares de ângulos distintos para uma mesma situação.

Ainda sobre a interpretação dos indícios, a historiadora Pesavento (1998) acredita que essa característica epistemológica de interpretar fatos e documentos para construção de uma versão daquilo que ocorreu, permitiu o diálogo entre o discurso literário e o discurso histórico. E isso é possível, pois se concebe uma distância entre os indícios do fato ocorrido, passividade e a narrativa histórica:

do lado dos historiadores, entendemos que o que possibilitou essa relação entre os discursos é uma relação epistemológica operada no âmbito da história. Esta “virada” teórica tem, como pressuposto básico, a distinção entre passividade e narrativa histórica, aparecendo a primeira como o “real acontecido” e a segunda como o discurso ou o texto elaborado pelo historiador sobre aquela passividade (PESAVENTO, 1998, p. 10).

Sendo assim, entende-se que a análise, interpretação e seleção dos documentos, a fim de construir uma narrativa coerente, atribuem à História uma margem de ficcionalidade, aproximando-a da Literatura. Em vista disso, Freitas (1986) assinala que o próprio ato de escolha do tema implica num posicionamento que, muitas vezes, privilegia alguns fatos e aspectos em detrimento de outros.

White (1994) compartilha desse ponto de vista e afirma que as “técnicas criativas” utilizadas pelos historiadores para a construção da narrativa pressupõem um processo de escolha de acontecimentos a serem incluídos, conforme White:

os acontecimentos são convertidos em história pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou uma peça (WHITE, 1994, p. 100).

É devido a essa semelhança com a Literatura, e conseqüentemente com a ficção, que há uma desvalorização do caráter interpretativo da História e isso ocorre porque há uma reivindicação da cientificidade dessa área do conhecimento. Tal reivindicação advém de uma desqualificação, em meio acadêmico, do ficcional e do literário como meios plausíveis pelo qual é possível pensar o mundo.

Devido a isso, os historiadores que buscam legitimar a História como ciência (como é reconhecida hoje), procuram se desvincular de qualquer aspecto que a torne “menos científica” ou “menos objetiva”, afinal ela já foi considerada uma arte literária, a medida que a historiografia já esteve no mesmo campo em que a Literatura, porque segundo White “Droysen e Nietzsche, Hegel e Croce colocavam a historiografia entre as artes literárias e buscavam basear numa intuição poética do particular os discernimentos do historiador acerca da realidade” (WHITE, 1994, p. 69).

O teórico propõe que a História possui mais semelhanças com a Literatura – expressão linguístico cultural de viés artístico – do que com as ciências convencionais. Ele afirma que as narrativas historiográficas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados como descobertos e cujas fontes tem mais em comum com seus equivalentes na Literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994, p. 98).

Segundo White (1998), o fato de a História ser criadora de ficção não a desvaloriza como produtora de conhecimento. Entretanto, é preciso não esquecer que existe uma diferença entre a Literatura e a História, pois a segunda possui um compromisso e o objetivo de retratar o fato da maneira mais próxima como ele realmente ocorreu, o que não compete à primeira, apesar de possuir a liberdade de fazê-lo.

Desta forma, é preciso enfatizar que o uso de elementos criativos em narrativas históricas conceitua a História como um modo de olhar o passado, não necessariamente um modo a ser considerado único, absoluto e verdadeiro. Esta perspectiva é sustentada por Pesavento, que considera que, embora História tenha um compromisso com as evidências (o que não ocorre com a Literatura), o olhar para o passado é uma perspectiva possível dentro de tantas outras. Nas palavras da autora:

não há dúvida de que o critério da veracidade não foi abandonado pela história, assim como também seu método impõe limites ao componente imaginário. O historiador continua tendo compromisso com as evidências na sua tarefa de reconstruir o real, e seu trabalho sofre o crivo da testagem e da comprovação, mas a leitura que se faz de uma época é um olhar entre os possíveis de serem realizados (PESAVENTO, 2001, p. 10).

Apesar de afirmar que a História apresenta uma carga de ficcionalidade produzida pelo imaginário do próprio historiador ao elaborar a sua narrativa baseada na passividade, Pesavento não propõe em nenhum momento uma desqualificação da História como ciência – conhecimento que através de pesquisa mostra ao mundo como os fenômenos/fatos acontecem – até porque, há um método estabelecido de como a pesquisa deve ser realizada, e este limita o processo criativo, contribuindo para que o critério de veracidade sempre esteja vigente.

A autora deixa assentado que a História não abandonou o critério de veracidade, além de que o caráter científico impõe limites ao imaginário (PESAVENTO, 1998). Da mesma forma, Chartier (2001) complementa esta ideia, pois, de acordo com ele, existe um estudo das falsificações que dificulta a propagação de fatos e ideias não verdadeiras através do estudo historiográfico. Além de que, salvo na seleção dos dados, se há alguma interpretação ou reflexão do historiador acerca dos fatos que busca apresentar, ela pode estar clara no texto, podendo ser distinguida dos fatos que relata.

Em meio às aproximações e distanciamentos presentes entre as narrativas problematizadas está a questão do fato. Este, segundo Leenhardt e Pesavento (1998), antecede a narrativa histórica, pois o fato ocorreu e esta o retrata. O mesmo, segundo eles, não ocorre com a Literatura, nesta o fato se constitui através da narrativa, são as palavras do autor (e a imaginação do leitor) que fazem com que o fato exista. Contudo, considerando os romances históricos que tem por base fatos retratados pela História, este tipo de narrativa aborda um fato já existente.

Desta maneira, como se observa, é possível perceber que a relação entre História e Literatura se estreita por fatores epistemológicos, em que ambas utilizam da subjetividade ao interpretar a realidade, além de ressaltarem a identidade de um determinado povo por meio da preservação de aspectos culturais e históricos por meio da escrita, baseando-se, portanto, na memória e provocando reflexões em eles em seus leitores.

A respeito dos distanciamentos, observa-se que há uma diferença entre as narrativas no relacionamento com o leitor, em que a Literatura se aproxima mais e a História menos, mas a mais significativa delas é em relação à ficcionalidade. Pode-se dizer que o que caracteriza cada uma é a medida com que “utilizam” a ficcionalidade, ou seja, o grau do caráter imaginativo presente em cada narrativa. Ironia, ou não, esta é também a característica que mais as aproxima, pois faz com que nenhuma das duas seja a forma “correta” de acessar o passado, mas com que ambas, dentro da sua forma, possibilitem à sociedade diversas possibilidades de revisitá-lo.

Ressalta-se, assim, a ideia da Literatura como uma perspectiva pela qual é possível perceber e refletir a sociedade. Essa reflexão pode ser a análise de uma época, de um povo, ou mesmo de uma historicidade (análise das transformações sofridas por uma sociedade, ou pelo próprio ser humano com o passar do tempo). Concorde-se, então, que “a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica” (WHITE, 1994, p. 138). Nesse sentido, ressalta-se a importância que o fenômeno literário possui na constituição de uma sociedade e representação dela, e isso mostra quão válido são os conhecimentos resultantes da análise (da historicidade) de uma obra literária.

Referências

- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8 ed. São Paulo: PubliFolha, 2000.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FREITAS, Maria. Teresa. *Literatura e história*. São Paulo: Atual Editora Ltda., 1986.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996, p. 462-477.
- LEENHARDT, Jacques. A construção da identidade pessoal e social através da história e da literatura. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 41-49.
- PESAVENTO, Sandra. Jatahy A contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998, p. 17-40.
- _____. *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 2001.
- POMBO, O. A epistemologia da interdisciplinaridade. *Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 2008.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaio sobre uma crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Recebido em: dez. 2015.
Aceito em: dez. 2016.

Josiele Kaminski Corso Ozelame: Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste, campus Foz do Iguaçu). E-mail: josicorso@gmail.com

Raíza Brustolin de Oliveira: Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteira pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: raiza_brustolin@hotmail.com